PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO CENTRO-SUL DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Luciana Canário Mendes
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1239-3692
Endereço eletrônico: lmendes@uneb.br

Gabriela Santos Bonfim
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-3115-0058
Endereço eletrônico: gabrielasntsbonfim@gmail.com

Felipe Miranda de Almeida
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-6392-9059
Endereço eletrônico: felpsalmeida19@gmail.com

Palavras-chave: política educacional; militarização de escolas públicas; projeto de extensão; Região Centro-Sul da Bahia.

INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma das principais expressões das disputas em torno das políticas educacionais brasileiras. Caracterizada pela incorporação de agentes militares na gestão administrativa, disciplinar e, em alguns casos, pedagógica das instituições de ensino, essa política suscita debates acerca de seus impactos sobre a gestão democrática, a autonomia escolar e o direito à educação pública. Embora tenha alcançado maior visibilidade nacional com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019, experiências dessa natureza antecedem a política federal.

Na Bahia, esse processo apresenta características próprias, marcadas pela adoção do

modelo de gestão compartilhada entre a Polícia Militar da Bahia (PMBA) e redes municipais de ensino, configuração anterior ao PECIM e que permanece em expansão mesmo após sua revogação pelo Decreto nº 11.611/2023 (Silva; Magalhães; Mendes, 2024). Essas especificidades tornam o estado um importante campo de investigação.

Nesse contexto, insere-se o projeto de extensão "Seminários – Militarização de escolas públicas brasileiras e sua expansão no Centro-Sul da Bahia", desenvolvido no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* XX, em parceria com o Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e o Grupo THESE/Fiocruz-UFF, articulado à pesquisa Memória e História do Desmonte e da Resistência da Escola Pública Brasileira (anos 2000...).

Desde 2024, a iniciativa integra atividades de pesquisa e extensão por meio da realização de seminários destinados à comunidade acadêmica e ao público externo, bem como do levantamento, da sistematização e da análise de fontes documentais relacionadas ao fenômeno. Além de promover o debate público sobre a temática, as ações extensionistas têm contribuído para a constituição de um banco de dados que subsidia as investigações em andamento. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais produzidos pelo projeto, destacando as contribuições da pesquisa documental para a compreensão da expansão desse processo no Centro-Sul da Bahia.

METODOLOGIA

Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa documental e na perspectiva histórica, buscando analisar a constituição e a expansão da militarização das escolas públicas brasileiras, com ênfase no Centro-Sul da Bahia.

As atividades envolveram o levantamento e a catalogação de fontes acadêmicas, jornalísticas, normativas e institucionais sobre a militarização de escolas. As informações foram organizadas em um banco de dados digital contendo autoria, natureza da fonte, período, temática, localização geográfica e posicionamento em relação ao objeto investigado.

Esse procedimento possibilitou classificar e sistematizar aproximadamente cem fontes documentais, constituindo a base empírica das análises desenvolvidas pelo projeto. O conjunto documental permitiu identificar tendências da produção acadêmica e jornalística sobre a temática, bem como compreender as especificidades da gestão compartilhada na

Bahia. Ao mesmo tempo, fortaleceu a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, ao subsidiar tanto as investigações quanto as atividades formativas promovidas pelo projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização do conjunto documental permitiu identificar aspectos relevantes acerca da expansão da militarização das escolas públicas no Brasil e, particularmente, no estado da Bahia. Embora experiências dessa natureza antecedam o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019, foi a partir dessa política que o modelo alcançou maior projeção nacional (Brasil, 2019). Mesmo após sua revogação pelo Decreto nº 11.611/2023, o processo continuou em expansão.

Na Bahia, essa configuração assume características específicas em decorrência da adoção da gestão compartilhada entre a Polícia Militar da Bahia e as redes municipais de ensino, implantada anteriormente à política federal (Silva; Magalhães; Mendes, 2024). Segundo Cássio (2026), o estado reúne aproximadamente 131 escolas militarizadas, resultado de diferentes arranjos administrativos e políticos que favoreceram a difusão regional dessa política.

Os dados produzidos pelo banco documental revelaram o predomínio da produção acadêmica (81,9%) em relação às reportagens (18,1%). Quanto ao conteúdo, verificou-se que 86,1% das publicações concentram-se nas escolas cívico-militares e que 90,3% apresentam posicionamento crítico em relação ao modelo. Esses achados dialogam diretamente com a literatura especializada ao evidenciarem que a militarização escolar tensiona princípios da gestão democrática e da autonomia das instituições escolares. Ximenes, Stuchi e Moreira (2019) destacam que a ausência de mecanismos democráticos para escolha de dirigentes, a intensificação do controle disciplinar e a cobrança de taxas indevidas comprometem princípios fundamentais da educação pública. Na mesma direção, Krawczyk e Zan (2019) argumentam que iniciativas dessa natureza redefinem as relações entre Estado, escola e sociedade, tensionando princípios assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Paralelamente, os seminários promovidos pelo projeto ampliaram a circulação do conhecimento produzido e fortaleceram o diálogo entre universidade e sociedade, demonstrando que a extensão universitária constitui um espaço estratégico para a produção, a

socialização e o debate crítico sobre as políticas educacionais.

CONCLUSÕES

Os resultados parciais evidenciam que a articulação entre pesquisa e extensão tem contribuído para compreender a expansão da militarização das escolas públicas no Centro-Sul da Bahia e para consolidar uma base documental capaz de subsidiar novas investigações sobre o tema. A sistematização das fontes revelou o predomínio de estudos críticos às escolas cívico-militares e destacou a relevância da gestão compartilhada na configuração assumida por esse processo no contexto baiano.

Além da produção de conhecimento, as ações extensionistas ampliaram o diálogo entre universidade e sociedade, fortalecendo a circulação das análises desenvolvidas e estimulando o debate público acerca dos impactos dessa política para a gestão democrática e para o direito à educação pública.

Embora a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, as evidências produzidas reforçam a necessidade de ampliar as investigações acerca das diferentes configurações assumidas pela militarização da escola pública, de seus impactos sobre as políticas educacionais e dos desafios que esse processo impõe à efetivação dos princípios democráticos que devem orientar a educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019a/Decreto/D10004.htm.

BRASIL. **Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11611.htm.

BRASIL. **Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 de jun. 2026.

CÁSSIO, F. **Escolas de educação básica militarizadas e militares no Brasil**: base de dados nacional [Nota Técnica]. São Paulo: DEEP-USP. Disponível em: https://deep.fe.usp.br. Acesso em: 22 maio 2026

KRAWCZYK, N.; ZAN, D. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os programas em curso no Brasil. **Revista Retratos da Escola**; v. 13, nº 27, 2019. p. 607- 620

SILVA, C. T.; MAGALHAES, L. D. R.; MENDES, L. C. O acordo de cooperação técnica entre a Polícia Militar na Bahia (PMBA) e as instituições escolares: aproximações acerca da gestão compartilhada. In: XV Colóquio Nacional e VIII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico/UESB: À beira do abismo: os caminhos da humanidade diante da ameaça de sua extinção, 2024. **Anais [...],** 2024. p. 1109-1113.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 612, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96483. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96483.